

Memórias em redefinição: o peso das referências locais e globais no fim do século XX e o caso do Marco aos Voluntários de 1932, em Assis/SP

JOÃO PAULO RODRIGUES¹

1) A força e a fraqueza da memória coletiva: algumas interpretações e perspectivas metodológicas

Em meados da década de 1980, o historiador francês Pierre Nora conferiu forma e deu voz a uma das preocupações que afligiam os historiadores, em seu país e fora dele. Com afirmações de impacto como: “Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais” (NORA, 1993: 7), Nora trouxe a lume o enfraquecimento da memória que se avizinhava no horizonte, aturdindo, cedo ou tarde, diferentes países e sociedades.

Obviamente, ele não estava se referindo à capacidade humana de lembrar quando assim escreveu. E ainda que essa premissa básica fosse bastante nítida, fez questão de assinalar mais adiante:

“Aceitemos isso, mas com a consciência clara da diferença entre memória verdadeira, hoje abrigada no gesto e no hábito, nos ofícios onde se transmitem os saberes do silêncio... e a memória transformada por sua passagem em história, que é quase o contrário: voluntária e deliberada, vivida como um dever e não mais espontânea; psicológica, individual e subjetiva e não mais social, coletiva, globalizante” (NORA, 1993: 14).

É, portanto, da memória coletiva que Nora falava. Da memória elaborada por grupos, dos pequenos aos grandes, das associações de bairro às nações. E a desestruturação atravessada por ela seria problemática, em sua ótica, na medida em que ele compartilha com o sociólogo Maurice Halbwachs (1877-1945) a noção de que a memória coletiva – que é “espontânea”, “social” e “globalizante” – é constituída conjuntamente pelos grupos, respondendo por importantes funções na sociedade. Halbwachs, aliás, assinalaria que a memória coletiva é uma valiosa auxiliar nas tarefas de construir identidades e delimitar fronteiras – por meio de referências e lembranças em comum – entre coletividades de tamanhos diferentes (HALBWACHS, 1990).

¹ Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Doutor em História.

Mas não cabe entrar mais a fundo nessa longa discussão, para não fugir aos propósitos deste texto. Mais importante é observar que, no intuito de compreender melhor as redefinições da memória em curso, Pierre Nora e os autores que se coadunaram a ele na paradigmática coleção francesa *Les Lieux des memoires* (1984), de sete volumes, dedicaram-se a abordar alguns dos sintomas mais evidentes nas modificações que vislumbravam na França. Chamando a atenção, então, para a “memória transformada por sua passagem em história”, destacaram, vivamente, a emergência de um novo momento, caracterizado pela frenética corrida aos “lugares de memória”: “... os marcos-testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade... sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos” (NORA, 1993: 13).

No mesmo período, mas por outro caminho, o sociólogo Michael Pollak desenvolveria uma nova reflexão, a qual, embora não incluísse, dentre seus objetivos iniciais, a análise do processo que mencionamos acima, ao fim e ao cabo, acabaria recaindo igualmente sobre a natureza da mudança em tela – talvez, como um sintoma dela, sem o perceber. Contudo, é importante frisar de antemão, o que a investigação de Pollak propunha, a princípio, era rebater algumas das teses de Maurice Halbwachs, trazendo às claras o fato de que os processos envolvidos na construção da memória coletiva não eram tão harmônicos e espontâneos como se pensara até ali.

Para evidenciar a pertinência de sua crítica, o sociólogo exploraria a complexidade embutida na própria formação e manutenção dos grupos sociais, em particular aqueles de maior envergadura, como as nações, deslindando o quão difícil seria manter grandes coletividades unidas apenas pela participação voluntária e afetiva das pessoas. Em consequência disso, insiste Pollak, em determinadas situações, o ingresso e a permanência de pequenas unidades em instituições maiores só poderia ser feito à revelia.

Transpondo tais observações para a problemática da memória, o autor não encontraria grande dificuldade em demonstrar que a construção da memória coletiva também é um processo de seleção ou “enquadramento” do passado, que pressupõe as relações de força dentro do grupo, as quais determinam, em última instância, aquilo que será lembrado ou esquecido; aclamado ou silenciado, forjando, simultaneamente, “memórias oficiais” e outras “subterrâneas”. As últimas, exceto em momentos de crise, permaneceriam relegadas a uma existência silenciosa, frente ao passado uniformizado pelo grupo (POLLAK, 1992: 10).

A obra de Michael Pollak, por conseguinte, é importante por traduzir as próprias transformações da memória coletiva no período, uma vez que foi justamente em seu momento de fragilidade que a existência das memórias “subterrâneas” pôde vir à luz do dia – nos estudos deste autor – como objeto de conhecimento. Todavia, cabe lembrar, aos olhos dos historiadores, a relevância das investidas teóricas de Pollak não se limitaria a isso. Os princípios norteadores enunciados em seu trabalho, assim como as reflexões de outra natureza publicadas por Pierre Nora, constituir-se-iam em importantes ferramentas analíticas para as tentativas de compreender as mudanças sofridas pela memória coletiva e os rumos que poderiam seguir.

Na visão de Jean-Pierre Rioux, eis que para muitos historiadores havia chegado o momento de explorar as memórias – na edição portuguesa – em “tamancos atomizados” (RIOUX, 1998: 63), isto é, as memórias “subterrâneas”, que, aproveitando-se do ensejo ocasionado pelo “fim da memória”, emergiram em profusão em diversos cenários. E, pode-se acrescentar, também era tempo de, seguindo os passos de Nora, observar e analisar os lugares em que a “memória verdadeira”, outrora social e agora subjetiva, se abrigara. Não por acaso, lugares topográficos (arquivos, bibliotecas e museus) e monumentais (arquitetura, cemitérios); simbólicos (comemorações, peregrinações, emblemas) e funcionais (associações), foram submetidos a exames e detalhadas investigações.

Rioux bem sintetizou as tendências do momento, nos anos de 1990, asseverando: “não será de admirar... ver multiplicarem-se os estudos que tentam encará-la [a memória] como um objeto de história, passível... do mesmo espírito crítico... que todos os outros objetos construídos pelo historiador” (RIOUX, 1998: 318).

Mas, afinal, se estes e outros progressos epistemológicos no conhecimento da memória são inquestionáveis, propiciando, indiretamente, apoio – mesmo que ao sacrifício das ambições de totalidade – aos movimentos pelo direito de memória, ainda paira no ar a indagação sobre as reais extensões desse esboroamento da memória coletiva. Até que ponto as tendências aludidas acima assumem, de fato, dimensões globais? E, antes mesmo disso, o que causou o enfraquecimento da memória coletiva, ou, ao menos, de algumas das maiores delas, no fim do século XX?

2) A Voragem do tempo e as razões de um desmoronamento

Falar dos sintomas do desmantelamento da memória coletiva, como fizemos até aqui, naturalmente, não significa o mesmo que explicar as condições que o tornaram provável, senão inevitável naquele momento. E isso se deve, em boa medida, ao fato de que a resposta para essa questão não é das mais simples. Afinal de contas, o último quartel do século XX foi revolvido por variadas e drásticas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais – algumas das quais ainda em andamento – que, em última instância, afetaram visões, representações e a organização de homens e mulheres no mundo.

Não é preciso ser nenhum profundo conhecedor dos assuntos de economia para notar o quanto este domínio da sociedade foi afetado no período em apreço. Seja no terceiro mundo, das periferias da América Latina, África, Oceania e Ásia, no bloco comunista, alinhado a União Soviética, ou no capitalismo, capitaneado pelos Estados Unidos, as redefinições foram de tal monta que um renomado historiador decidiu localizar em 1991 a clivagem que melhor delimitaria o século XX (HOBSBAWM, 1995).

No âmbito do capitalismo, em particular, após os chamados “trinta anos gloriosos”, que sucederam a Segunda Guerra Mundial, o Estado de Bem Estar Social foi alvo de violentas críticas por parte dos defensores da economia liberal. A estagnação econômica do início da década de 1970, aliada a rigidez dos investimentos de longo prazo e ao suposto “ônus” representado pelos mecanismos de proteção ao trabalhador e aos contratos de trabalho, foi apontada pela crítica dos que propunham uma nova forma de acumulação do capital.

Analisando este período, Luiz Gonzaga Belluzzo comenta:

“Os libertários saíram da tumba, ressuscitados pelos miasmas da estagflação do final dos anos 1960 e inícios dos 1970... Para eles, as proezas da ‘era dourada’ revelaram-se um doloroso engano. Engano que fez prosperar o famigerado populismo econômico, uma forma perversa de politização à outrance da economia... a recomendação dos conservadores era dar ‘adeus a tudo aquilo’ e, com urgência, empreender as reformas necessárias...” (BELLUZZO, 2013: 164).

Diante disso, os anos de 1980 em diante, em especial, vivenciaram a emergência de fatores como o remanejamento espacial dos processos de produção e acumulação; a disseminação via mercado da coordenação e administração empresarial; a flexibilização das relações de trabalho e a desvalorização de diversos mecanismos de proteção ao trabalhador contra as incertezas e flutuações do mercado. Segundo Giovanni Arrighi, “Desde então, todas

as nações tem estado à mercê da disciplina financeira, seja pelos efeitos da fuga de capitais, seja por pressões institucionais diretas” (ARRIGHI, 2012: 3).

Sem sombra de dúvidas, essa ofensiva do capitalismo neoliberal não estava desconectada da conjuntura política. Para perceber isso, basta lembrar que ela desencadeou-se ainda no período de Guerra Fria, como parte integrante das estratégias dos Estados Unidos para superar a crise econômica e, ao mesmo tempo, enfraquecer a União Soviética. Como destaca Sean Purdy,

“Neoliberalismo foi a resposta das elites econômicas e políticas à crise... que emergiu nos anos 1970... Divisões políticas entre os republicanos e democratas continuaram durante os governos de Reagan, Bush e Clinton, relativos a detalhes e ao grau de neoliberalismo, mas ambos os partidos defenderam a necessidade de reduzir gastos sociais e remover obstáculos ao desenvolvimento das empresas” (PURDY, 2013: 258).

Por seu turno, os soviéticos tiveram que buscar alternativas que lhes dessem condições de acompanhar a nova Guerra Fria – travada no espaço e na terra. Porém, a tentativa falhou. Sobre a malfadada ação de Mikhail Gorbachev (1985-1991) no intento de reformar o comunismo na União Soviética diz, acidamente, Eric Hobsbawm: “Se algum homem sozinho pôs fim a uns quarenta anos de guerra fria global, foi ele” (HOBSBAWM, 1995: 464). E mais adiante arremata: “Ele foi uma figura trágica, e assim vai entrar na história, um ‘czar libertador’ comunista, como Alexandre II (1855-81), que destruiu o que queria reformar e foi destruído ao fazer isso” (HOBSBAWM, 1995: 475).

Pode-se dizer que, ao menos, duas consequências das macro transformações que estamos mencionando – o definhamento do Estado de Bem Estar e a ascensão do capitalismo neoliberal; e o esboroamento da União Soviética, atrelado ao fim do comunismo como sério rival do capitalismo – afetaram diretamente algumas das mais vigorosas memórias coletivas, tornando provável o seu enfraquecimento. Primeiro, a substituição, na Europa e em partes da América e da Ásia, dos Estados planificados, que, em maior ou menor medida, controlavam a economia, por Estados de tendências neoliberais ou de bases sociais mais frágeis que os seus antecessores, implicou na modificação da própria relação travada pelas pessoas com o Estado. Assim, o declínio do “Estado Grande”, ante o Governo neoliberal – “em 1994, Clinton declarou que ‘a era do governo grande acabou’” (PURDY, 2013: 258) –, certamente,

ocasionou o estranhamento dos cidadãos, que viram minguar diversos de seus direitos conquistados e já não poderiam se reconhecer como parte “orgânica” daquela instituição, como no passado. Eis uma porta aberta para o repensar/reconstruir das identidades em relação ao Estado-Nação e a sua memória enquadrada. E, se essa ideia for pertinente, o que pensar da situação no leste europeu, com o desmoronamento rápido e inesperado da URSS?

Em segundo lugar, as leituras de passado, presente e futuro de muitos partidos políticos, sindicatos, grupos operários e sociedades literárias e intelectuais, entre tantos outros, são jogadas por terra com o fim da Guerra Fria e do comunismo soviético. A visão, de longa data, da história como uma disputa perene entre capitalismo e socialismo, que tinha como destino certo a vitória do último, dadas as inexoráveis contradições do sistema capitalista, ruiu muito rapidamente após 1989, deixando milhões de pessoas – inclusive os intelectuais – sem um rumo certo. E mesmo para os capitalistas os rumos não estavam claros, já que as redefinições em curso no sistema ainda eram de sorte incerta. É, sem dúvida, um momento de questionamento profundo de memórias coletivas outrora poderosas.

Mas, embora provável, o enfraquecimento da memória coletiva, talvez, não tivesse se tornado tão inevitável, não fosse a intensificação dos processos de globalização, nos estertores do século XX. Com efeito, observando-se apenas as modificações operadas nas tecnologias da comunicação e da informação já é possível ilustrar, suficientemente, as dimensões e impactos da mudança.

O desenvolvimento espetacular da infraestrutura das comunicações, a troca de fios e cabos por meios digitais mais eficientes, a criação e o aprimoramento da internet propiciaram a tão sonhada compressão do tempo e do espaço, resultando em uma verdadeira explosão das comunicações globais nas últimas décadas. Tudo isso levaria a nada menos que a mudança nas percepções sobre o lugar dos homens e mulheres no mundo. Nações, grupos e indivíduos, tornando-se, cada vez mais, interdependentes teriam que repensar muitas das suas formas de relacionamento.

Anthony Giddens, lucidamente, aponta como uma das consequências da revolução das comunicações o estreitamento das conexões entre o local e o global, vistos, em certos momentos, como uma comunidade só:

“Primeiramente, como membros de uma comunidade global, as pessoas cada vez mais percebem que a responsabilidade social não termina nas fronteiras

nacionais, mas se estende além delas. Os desastres e injustiças que as pessoas enfrentam no outro lado do planeta não são apenas infortúnios que devemos suportar, mas representam motivos legítimos para a ação e intervenção” (GIDDENS, 2012: 104).

Em seguida, o mesmo autor enfatiza que a ênfase desferida para as dimensões da sociedade global acontece, simultaneamente, à diminuição do poder estruturante do Estado-Nação sobre as identidades individuais, grupais e regionais:

“uma perspectiva global significa que as pessoas estão cada vez mais buscando fontes além do Estado-Nação para formular seu próprio sentido de identidade... O Estado-Nação, como fonte de identidade, está minguando em muitas áreas, na medida em que as mudanças políticas nos níveis regional e global diminuem as orientações das pessoas para os Estados onde vivem” (GIDDENS, 2012: 106).

Pode-se acrescentar que esse quadro se torna ainda mais delicado para o Estado-Nação e os poderosos, na medida em que a ascensão e a expansão da internet e das redes de comunicação virtuais quebrou a hegemonia detida por eles sobre os mecanismos de consagração habituais das leituras oficiais de passado, presente e futuro. Manuel Castells, por exemplo, em um texto com importantes contribuições para entender a sociedade atual, bem demonstrou o modo como a rede mundial de computadores veio a ser o “espaço da autonomia”, no qual os indivíduos se conectam em redes multimodais e produzem suas próprias leituras sobre a sociedade, deliberando acerca de seus destinos e daquilo que julgam oportuno para o futuro – o que manifestam, concretamente, nas ruas e praças, por meio dos movimentos sociais no século XXI (CASTELLS, 2013).

Portanto, frente a um cenário como este, fica meridianamente claro que a globalização da comunicação tornou inevitável o enfraquecimento da memória coletiva – e não apenas a do Estado-Nação – que já estava em curso no último quartel do século XX. Diversas outras implicações da globalização e de processos correlatos no período poderiam completar ou aprimorar esse quadro brevemente apresentado;² todavia, as linhas centrais permanecem.

² Jean-Pierre Rioux, a exemplo, traz outras reflexões sobre o assunto no livro *La France perd la mémoire* (2010).

Nesse sentido, o tempo parece dar razão a Nora, sobretudo, quando a busca por uma nova identidade, seja ela global ou local, prescindir de referências importantes do passado, gestando, em contrapartida, uma “sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos” (NORA, 1993: 13). Assim, ao que parece, a memória verdadeira é “transformada por sua passagem em história, que é quase o contrário: voluntária e deliberada, vivida como um dever e não mais espontânea; psicológica, individual e subjetiva e não mais social, coletiva, globalizante” (NORA, 1993: 14).

3) As dimensões do acontecido: a memória da “Revolução Constitucionalista” de 1932 e o Marco aos Voluntários de 32 em Assis/SP

Qual a extensão e a abrangência do enfraquecimento da memória coletiva aludida? Teriam as tendências globais, apontadas antes, atingido concretamente as dimensões locais? Em caso positivo, que tipo de impactos se podem verificar? Dada a natureza e os limites deste texto, cercearemos o exame de tais questões a um caso em particular, retomando, para tanto, algumas hipóteses e problemáticas levantadas em um artigo de nossa lavra, publicado no ano de 2009 (RODRIGUES, 2009), sobre a memória da “Revolução Constitucionalista” de 1932.

Para melhor situar o assunto, inicialmente, é importante destacar que o confronto envolvendo as forças “constitucionalistas”, rebeladas em São Paulo contra o Governo Provisório em 1932, e as tropas que se mantiveram leais ao escol de Getúlio Vargas teve algumas particularidades. Dentre elas, a contraditória celebração da “vitória moral” dos contendores paulistas, após uma acachapante derrota militar, é a mais evidente. O modo como essa memória oficial triunfalista da “Revolução” de 32 foi construída e, violentamente, enquadrada logo nos anos subsequentes ao entrincheiramento foi estudado no livro *1932: Pela Força da Tradição* (RODRIGUES, 2012) e não será retomado em detalhes neste texto, que não comporta esse tipo de discussão.

No entanto, ainda são bastante comuns, por todo estado de São Paulo, as marcas da construção da memória coletiva regional, que emparelha lado a lado os feitos dos “gloriosos bandeirantes” e a lembrança dos que “tomaram ou permaneceram de pé, heroicamente, na defesa da Constituição e da legalidade” no Brasil. Seja em nomes de ruas e praças, em monumentos, arquivos, livros e bibliotecas, em museus, cemitérios e mausoléus, em comemorações, emblemas e associações de ex-combatentes e amantes da causa ou até na

instituição de um feriado estadual, é possível identificar a presença de espaços memoriais dedicados a 1932.

Um caso, em particular, porém, nos chamou a atenção. Em Assis, no interior do estado de São Paulo, em uma região não atingida diretamente pela guerra, tampouco crucial para seus destinos, e já decorridos 45 anos do fatídico 9 de Julho, fez-se inaugurar, por iniciativa do poder público municipal e de uma agremiação de ex-combatentes, o *Marco aos Voluntários de 32*. Apesar desses fatores “desfavoráveis”, contudo, não se deve duvidar do prestígio que a memória da “Revolução Constitucionalista” gozava na cidade, naquele ano de 1977.

Afora a localização escolhida para a fundação do monumento, na região central de Assis, as imagens fotográficas do ato de inauguração permitem vislumbrar a provável esfera de ressonância da memória do levante entre as pessoas em geral.



Figura 1: Inauguração do Marco aos Voluntários de 32 – Assis/SP, 1977.

Fonte: disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/71> Acesso em 09/03/2015.³

Na figura 1, a exemplo, percebe-se o comparecimento da sociedade civil assisense organizada, a partir de diversos segmentos, abrangendo desde as meninas participantes do *Movimento Bandeirante* (canto inferior direito), passando pela presença maciça dos jovens integrantes do Tiro de Guerra (em segundo plano), das corporações militares, representadas por seus comandantes, das lideranças políticas do município, da imprensa, dos cidadãos em

³ Agradeço imensamente à senhora Helena R. Tucunduva, assim como à sua filha Márcia Tucunduva, pela gentil permissão para a utilização das imagens de seu acervo no artigo “Entre permanências e discontinuidades: o levante “constitucionalista” de 1932 e a batalha contra o esquecimento”, que está disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/71>, acesso em 09/03/2015 e reproduz as mesmas figuras 1 e 2 que analiso neste texto.

geral, até os ex-combatentes, objetos da homenagem consignada no marco e por isso mesmo, enquadrados em posição central na fotografia.

E o reconhecimento ao voluntário de 1932, ao que parece, não era mera formalidade da ocasião. Orgulhosos, os familiares de José Tucunduva Neto (*in memoriam*), então presidente da Sociedade Veteranos de 32 – MMDC em Assis, relatam o verdadeiro clima de conagração vivenciado no ato da inauguração (RODRIGUES, 2009: 17). Tucunduva Neto, aliás, “aparece na imagem [1] exatamente ao centro... Trajado de terno escuro, com as medalhas constitucionalistas no peito, a braçadeira dos combatentes no ombro e um pedaço de papel nas mãos ele se prepara para o discurso que faria, antes de descerrar a cortina do monumento” (RODRIGUES, 2009: 16-17).

O Marco aos Voluntários de 32 em si carrega claramente os valores e representações da memória coletiva enquadrada:



Figura 2: Marco visto de frente – 1977.

Fonte: disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/71> Acesso em 09/03/2015.

A começar pelo personagem e o nome escolhido para dar a ele no monumento – o *voluntário* de 32 – fica nítida a seleção efetuada. Homenagear a memória da “Revolução Constitucionalista” significa, antes de tudo, lembrar uma guerra em que os combatentes constituíam a figura de proa e não os políticos ou os interesses e conspirações partidárias, como Getúlio Vargas espalhou para o Brasil durante o conflito. E isso é enfatizado no termo “voluntário” e na arte escolhida para figurar na construção, em que o capacete de aço do combatente está cravado exatamente no centro do mapa do Brasil.

Além do mais, visto frontalmente, o monumento aparece entre as bandeiras hasteadas de São Paulo e do Brasil, o que, sem dúvida alguma, almejava afastar outra pecha

disseminada no momento da beligerância, ou seja, a acusação de que a guerra visaria separar São Paulo do Brasil. Ao contrário, o levante de 1932 seria a síntese de uma luta pela união, por um Brasil melhor; ideia também enfatizada nos emblemas da obra, a qual reúne as listas laterais que fazem alusão à bandeira de São Paulo e o mapa do Brasil ao centro.

Desta feita, o *Marco aos Voluntários de 32* reforçava a memória coletiva paulista, constituindo-se, a julgar pela significativa participação da população assisense na inauguração, em um semióforo, que ligava o passado ao presente do estado, fomentando a identidade e as fronteiras grupais: “Seria [o marco] a aposta para canalizar e fortalecer a memória de 1932 contra a ameaça do esquecimento que se avizinhava, à medida que os anos transcorriam e o limite do tempo das testemunhas se instaurava implacavelmente” (RODRIGUES, 2009: 18).



Figura 3: O Marco quase quatro décadas depois – Março/2015.



Figura 4: Marco em Assis/SP – Março/2015.

Confrontando as condições históricas de inauguração do marco com o estado atual desse monumento (figuras 3 e 4) ou com as lembranças da população local sobre o levante “constitucionalista”, no entanto, percebe-se que não foi apenas o tempo que passou. Junto

com ele, o prestígio que gozava a memória de 1932 em meio à sociedade assisense parece ter se esvaído também. Se o ímpeto de ex-voluntários e combatentes forçosamente arrefeceu, dado o limite do tempo de vida daqueles que testemunharam a luta, a memória inscrita nas ruas, aparentemente, não foi transmitida ou preservada pelas gerações mais jovens.

A despeito das pequenas reformas que o monumento recebeu ao longo dos anos, chama atenção o relativo descaso com o mesmo, ainda que esteja situado em local de grande fluxo de pessoas. Se as figuras 3 e 4 não permitem afirmar que a “Revolução Constitucionalista” de 1932 foi esquecida na cidade, a submissão consentida aos imperativos da natureza nas cercanias do marco – onde o mato cresce livre – e o desconhecimento popular sobre seu significado sugerem o esgotamento, em esfera local, do tempo da “... memória verdadeira... espontânea... social, coletiva, globalizante” (NORA, 1993: 9). Ou quem sabe, pensando por outro prisma, seja o momento da manifestação das memórias “subterrâneas” regionais, que não reconhecem a memória oficial de 1932 – de uma luta de guerreiros voluntários pela Constituição – como guia, buscando referenciais em outros lugares, nestes tempos de sociedade globalizada.

Fato é que contrastando com a decisão das autoridades civis e militares dos idos de 1977, de construir um Marco aos Voluntários de 32 e inaugura-lo em ocasião solene, os poderes públicos hodiernos poucos interesses têm demonstrado em preservar este lugar de memória, no que são acompanhados pela cumplicidade da sociedade.

Por conseguinte, as tendências e linhas de forças observadas por Pierre Nora, Michael Pollak, Jean-Pierre Rioux, Anthony Giddens e tantos outros no final do século XX e começos do XXI parecem atingir, violentamente, também as recônditas áreas locais, esboroando memórias coletivas que durante boa parte do século se mantiveram consolidadas. A adoção de novos referenciais globais ou a ressurgência de particularismos há muito, aparentemente, superados, para a construção das identidades, entretantes, são caminhos ainda incertos e, em parte, obscuros. Nestas ocasiões, talvez, deva o historiador estar atento, como adverte François Dosse, pois em algumas circunstâncias, o esquecimento ou o abandono do passado podem ser temerários, como exemplificam o dever de memória do genocídio e de tantos outros casos: “... esse dever de memória, lembra ao historiador sua função cívica... que não produz sobre os grandes traumas do passado ‘um saber frio’” (DOSSE, 2004: 186). Estejamos de sobreaviso.

Referências Bibliográficas

- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. São Paulo: Unesp, 1996.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **O Capital e suas metamorfoses**. São Paulo: Unesp, 2013.
- BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (Res) Sentimento**. Campinas: Unicamp, 2004.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- DOSSE, François. A oposição História/Memória. In: ____. **História e ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2004.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6ª Ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- NORA, Pierre. (dir.). **Le lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984.
- NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: Revista do Programa de Pós-Graduação em História/PUC, nº 10, p. 7-28, dez. de 1993.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, nº3, 1989.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p.200-212.
- PURDY, Sean. O Século Americano: In: KARNAL, Leandro (*et al.*). **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007. p.257-282.
- RIOUX, Jean-Pierre. A memória coletiva. RIOUX, J. P.; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.
- RIOUX, Jean-Pierre. **La France perd la mémoire**. 2ª ed. Paris: Perrin, 2010.
- RODRIGUES, João Paulo. **1932: Pela Força da Tradição**. São Paulo: Annablume, 2012.

RODRIGUES, João Paulo. Entre Permanências e Descontinuidades: o levante “constitucionalista” de 1932 e a batalha contra o esquecimento. **Patrimônio e Memória**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 5, n.1, p. 1-25 - out. 2009.